

negócios da França em Lisboa, Lesseps, que comunicaria ao seu ministro em Paris, o duque de Richelieu, que o *Correio Brasiliense* era também lido no Brasil “por todos”.

Em consequência de conhecer da circulação do Jornal, ou por força da comunicação do embaixador em Londres — e as datas fazem crer que pelo primeiro motivo —, a Corte do Rio de Janeiro tomou as providências usuais: já a 27 de março de 1809, o conde de Linhares determinava ao juiz da Alfândega, José Ribeiro Freire, a apreensão de material impresso no exterior, contendo críticas ao governo: “O Príncipe Regente Nosso Senhor, a cuja Real Presença levei o ofício de V. M., juntamente com o Aviso e a brochura vinda de Londres, cheia de calúnias contra a nação e o governo inglês; cheia de atrozes falsidades contra várias pessoas e das maiores absurdidades sobre a economia política, o qual V. M. justamente deteve. É servido ordenar que V. M. mande guardar o mesmo Aviso e obras, não o entregando a pessoa alguma e que o mesmo pratique com todas as cópias e exemplares de semelhantes obras que possam vir para o futuro, não querendo S. A. R. permitir que se divulgue nos seus Estados uma obra cheia de veneno político e falsidade, e que pode iludir gente superficial e ignorante, além de ser um verdadeiro libelo. É igualmente S. A. R. servido que V. M. mande mais um exemplar e Aviso para ficar nesta Secretaria de Estado, e que remeta outro ao Intendente Geral da Polícia, a quem expedem as ordens particulares sobre o procedimento que deve tomar a este respeito”. Era, segundo Mecenas Dourado, “o primeiro ato proibindo a circulação do *Correio Brasiliense* no país” e, como vemos, provocado pela apreensão, que fez o juiz da Alfândega, de exemplares deste jornal e dos “Manifestos impressos que o autor da obra mandou para o público ter conhecimento da mesma”, como diz a informação do porteiro daquela repartição. Tais manifestos seriam impressos de Hipólito da Costa recomendando o seu jornal⁽¹⁵⁾.

Quais seriam as “calúnias contra a nação e o governo inglês”, atribuídas a Hipólito da Costa por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e quais as “absurdidades sobre a economia política” de que seria também responsável o jornalista? Aqui está, sem dúvida, um dos aspectos essenciais não apenas da posição de Hipólito da Costa mas do surto capitalista e do processo da Independência brasileira. Os estudos de Economia Política eram proibidos em Portugal, até mesmo na Universidade de Coimbra, e por justas razões, do ponto de vista da classe feudal dominante no Reino⁽¹⁶⁾.

(15) Mecenas Dourado: *op. cit.*, pág. 271, I.

(16) Idem: p. 44, I. Hipólito escrevia: “Os estudos de Economia Política são proibidos na